

TÓPICOS DE CORREÇÃO - EXAME ESCRITO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II – TA

Mestrado em Direito e Prática Jurídica - 2.º Semestre 2025/2026
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

18 de junho de 2026

Grupo I

- Caracterização da ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho - processo especial laboral, de natureza marcadamente publicista, introduzido para combater a ocultação de relações de trabalho subordinado sob a aparência de contratos de prestação de serviços.
- Delimitação do âmbito de aplicação - indícios de contrato de trabalho detetados no âmbito de uma ação inspetiva da Autoridade para as Condições do Trabalho; plataforma digital, controlo da atividade e integração organizacional apontando para presunção de laboralidade.
- Análise da relevância da fase administrativa prévia e, em particular, da intervenção da Autoridade para as Condições do Trabalho – inclui fiscalização desta entidade, levantamento de auto, notificação para regularização, remessa ao Ministério Público se não houver regularização; função indiciária e preparatória desta fase que não decide o litígio e visa permitir regularização voluntária.
- Descrição da tramitação da ação – tramitação simplificada e célere, envolvendo propositura da ação pelo Ministério Público, citação do empregador, contestação, produção de prova, julgamento e sentença; processo urgente.
- Apreciação da viabilidade das exceções invocadas pela empresa – quanto à inexistência de subordinação jurídica matéria de mérito; quanto à irregularidade da fase administrativa, violação de garantias essenciais e prejuízo efetivo para a defesa pois caso contrário não impede o conhecimento do mérito; quanto à inadequação do processo especial improcedente se estiverem reunidos os pressupostos legais e; valor da causa e ónus da prova não apreciáveis nesta sede.
- Pronúncia sobre o valor da causa aplicável – valor fixado por critérios legais próprios.
- Determinação do regime do ónus da prova – prova dos factos indiciários para funcionamento da presunção a favor do trabalhador, a qual será depois ilidível pela empresa.
- Referência aos efeitos da sentença, em caso de procedência - se procedente reconhecimento da existência de contrato de trabalho e fixação da data de início, funcionado como base para reclamação de créditos laborais, regularização da situação e consequências contraordenacionais.

Grupo II

1.
 - Análise dos princípios do sistema processual laboral e relação dos princípios processuais laborais com os princípios substantivos de direito do trabalho.
 - Apreciação crítica das concretizações processuais do princípio da proteção do trabalhador, do princípio do coletivo e do princípio da legalidade laboral.
2.
 - Análise e apreciação crítica da tramitação processual da ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções coletivas *versus* impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas.
 - Principais diferenças e aspetos comuns entre ambas.